

Superior Tribunal de Justiça

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.611 - RJ (2019/0035942-4)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
EMBARGANTE : THIAGO KAFA
ADVOGADOS : MARCELO DE ANDRADE TAPAI - SP249859
GISELLE DE MELO BRAGA TAPAI - SP135144
ANTONIO CARLOS TESSITORE GUIMARÃES DE SOUZA -
SP330657
EMBARGADO : SPE CHL CV INCORPORACOES LTDA
ADVOGADOS : GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES - RJ107088
MARINA BEATRIZ ALECRIM DE LACERDA E OUTRO(S) -
RJ189175

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC.** VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. OBSCURIDADE QUANTO AO TERMO FINAL DO PAGAMENTO DA MULTA PELO ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. CONFIGURADA. OMISSÃO. NOVO JULGAMENTO DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. NÃO CONFIGURADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS.

DECISÃO

THIAGO KAFA (THIAGO) ajuizou ação de indenização por danos materiais e morais combinado com pedido de tutela de urgência contra SPE CHL CV INCORPORAÇÕES LTDA. (SPE), que foi julgada parcialmente procedente.

O TJRJ negou provimento ao recurso de apelação interposto por SPE em acórdão, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA NA PLANTA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. CONDENAÇÃO DA RÉ AO PAGAMENTO DE MULTA MORATÓRIA EQUIVALENTE A 0,5%, DANOS EMERGENTES EM RAZÃO DE ALUGUEL SUPOSTO NO PERÍODO DE 08/2015 ATÉ 06/2016 E DANOS MORAIS NO VALOR DE R\$ 5.000,00. APELO DA PARTE RÉ. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. DANO MORAL CONFIGURADO. O DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL REPRESENTOU EFETIVA PERDA

Superior Tribunal de Justiça

FINANCEIRA. FORÇOSO O RESSARCIMENTO PELOS DANOS MATERIAIS. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONHECIDO E DESPROVIDO RECURSO (e-STJ, fl. 333).

Os embargos de declaração opostos por SPE foram rejeitados (e-STJ, fls. 352/358).

Irresignada, SPE interpôs recurso especial fundado no art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando, além do dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 489, § 1º, III, IV, e 1.022, II, do NCPC, 476, 186, 944 e 844 do CC/02 e 52 da Lei nº 4.591/64. Sustentou, em síntese, (1) que o TJRJ foi omissor, pois não especificou que infortúnios teria a parte recorrida sofrido, além daqueles inerentes ao próprio inadimplemento contratual; (2) que deve ser fixado como período final para cômputo de indenização por danos materiais o dia anterior à data de concessão do "habite-se"; (3) não houve a configuração dos fatos geradores das indenizações pleiteadas; e (4) que o *quantum* fixado a título de compensação por danos morais deveria ser reduzido, pois exorbitante e apto a provocar enriquecimento indevido da parte contrária.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 382/399), e o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 415/419).

O apelo nobre foi parcialmente provido em decisão monocrática de minha relatoria, assim ementada:

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO INDENIZATÓRIA. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA NA PLANTA. RELAÇÃO DE CONSUMO. ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489, § 1º, III, IV, E 1.022, II, DO NCPC. QUE NÃO SE VERIFICA. MOMENTO DE ENTREGA DA OBRA. PRETENSÃO DE SER ADOTADA A EXPEDIÇÃO DA "CARTA HABITE-SE". CORTE DE ORIGEM QUE FIXOU A EFETIVA IMISSÃO NA POSSE PELA COMPRADORA. MODIFICAÇÃO DA CONCLUSÃO. NEGATIVA DE CABIMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. DANO MORAL. ENTENDIMENTO RECENTE DA EG. TERCEIRA TURMA DESTA CORTE. PRECEDENTES. OMISSÃO QUANTO À EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS QUE PUDESSEM CARACTERIZAR O DANO MORAL. VOCAÇÃO ÍNSITA DO APELO NOBRE. NECESSIDADE DE RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL CARIOCA PARA QUE, ADOTANDO A RECENTE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, VERIFIQUE SE O DANO MORAL FICOU CARACTERIZADO

Superior Tribunal de Justiça

*POR OUTROS ELEMENTOS. RECURSO ESPECIAL
CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO* (e-STJ, fl. 436)

Nas razões dos primeiros aclaratórios, THIAGO afirmou a violação do art. 1.022 do NCPC e a existência de contradição porque foi consignado que a revisão das premissas adotadas pelo TJRJ esbarraria no óbice da Súmula nº 7 do STJ, mas foi dado provimento ao recurso para revisão dos danos morais (e-STJ, fls. 442/447).

Foi apresentada a impugnação (e-STJ, fls. 450/451).

Os embargos de declaração foram acolhidos, com efeitos infringentes, em decisão monocrática de minha relatoria, assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO NA ÉGIDE DO NCPC. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. CONTRADIÇÃO CONFIGURADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITOS INFRINGENTES (e-STJ, fl. 460).

Nestes segundos aclaratórios, THIAGO alegou a (1) existência de obscuridade, pois não ficou claro se os autos devem ou não retornar à origem para novo julgamento do pedido de indenização por danos morais; e (2) a impossibilidade de retorno dos autos para novo julgamento do recurso de apelação quanto a matéria do dano moral.

Foi apresentada a impugnação (e-STJ, fls. 471/472).

É o relatório.

DECIDO.

O atual inconformismo merece parcial provimento.

De plano, vale pontuar que a disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Da violação do art. 1.022 do NCPC

De acordo com a jurisprudência desta Corte, a contradição ou obscuridade remediáveis por embargos de declaração são aquelas internas ao julgado embargado, devidas à desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria

decisão.

Já a omissão que enseja o oferecimento de embargos de declaração consiste na falta de manifestação expressa sobre algum fundamento de fato ou de direito ventilado nas razões recursais e sobre o qual deveria manifestar-se o juiz ou o tribunal e que, nos termos do NCPC, é capaz, por si só, de infirmar a conclusão adotada para o julgamento do recurso (arts. 1.022 e 489, § 1º, do NCPC).

THIAGO alegou a (1) existência de obscuridade, pois não ficou claro se os autos devem ou não retornar à origem para novo julgamento do pedido de indenização por danos morais; e (2) a impossibilidade de retorno dos autos para novo julgamento do recurso de apelação quanto a matéria do dano moral.

(1) Da obscuridade quanto ao termo final para o cômputo da indenização

Constou na decisão embargada que o tema estaria prejudicado em virtude do retorno dos autos para novo julgamento do dano moral, nos termos da jurisprudência desta Corte.

Contudo, a discussão quanto ao termo final se refere ao pagamento da multa pelo atraso na entrega do imóvel, não sendo relacionada com a indenização por danos morais.

Quanto ao ponto, o TJRJ manteve a orientação de que é a efetiva imissão na posse que configura a entrega do imóvel à parte compradora e, portanto, o prazo final para cômputo da multa.

Assim, acolho os embargos de declaração para esclarecer a obscuridade e manter a decisão monocrática quanto ao tema.

(2) Do dano moral

THIAGO alegou a impossibilidade de retorno dos autos para novo julgamento do recurso de apelação quanto a matéria do dano moral e afirmou que este foi o tema dos primeiros aclaratórios.

Entretanto, sem razão.

Constou expressamente na decisão monocrática que a eg. Terceira Turma desta Corte, no julgamento do REsp nº 1.642.314/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 22/3/2017, firmou as seguintes premissas:

a) o dano moral pode ser definido como lesões a atributos da pessoa, enquanto ente ético e social que participa da vida em sociedade, estabelecendo relações intersubjetivas em uma ou mais comunidades, ou, em outras palavras, são atentados à parte

Superior Tribunal de Justiça

afetiva e à parte social da personalidade (Precedente: REsp 1.426.710/RS, Terceira Turma, julgado em 25/10/2016, DJe 9/11/2016);

b) os simples dissabores ou aborrecimentos da vida cotidiana não ensejam abalo moral, conforme se vê dos seguintes precedentes: REsp 202.564/RJ, Quarta Turma, julgado em 2/8/2001, DJ 1º/10/2001; e REsp 1.426.710/RS, Terceira Turma, j. 25/10/2016, DJe 8/11/2016); e

c) muito embora o simples descumprimento contratual não provoque danos morais indenizáveis, circunstâncias específicas do caso concreto podem configurar a lesão extrapatrimonial. Precedentes: REsp 1.637.627/RJ, Rel. Ministra j. 6/12/2016, DJe 14/12/2016; REsp 1.633.274/SP; j. 8/11/2016, DJe 11/11/2016; AgRg no AResp 809.935/RS, DJe 11/3/2016; e REsp 1.551.968/SP, Segunda Seção, DJe 6/9/2016.

Na hipótese vertente, o TJRJ manteve a sentença que condenou a recorrente ao pagamento da reparação por dano moral na quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) sem tecer qualquer comentário que implicasse em situação excepcional apta a configurar o abalo moral do promitente comprador.

Em recurso especial não é possível a análise do conjunto fático-probatório dos autos a fim de verificar se existem outras circunstância aptas a caracterizar o dano moral pretendido, assim, como consignado na decisão embargada, é necessário o retorno dos autos ao TJRJ para novo julgamento do recurso de apelação nos termos da jurisprudência desta Corte.

Não há omissão a ser sanada.

Nessas condições, **ACOLHO PARCIALMENTE** os embargos de declaração para sanar a obscuridade apontada.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator